

# REDESCOBRINDO A FAMÍLIA RURAL

**mauro william barbosa de almeida**

Estudos realizados no campo da sociologia e da antropologia econômica na última década trouxeram a família rural para uma posição de destaque inédito. Pesquisas inicialmente voltadas para temas como a natureza das relações de produção no campo desembocaram, às vezes com surpresa perceptível, em descrições microscópicas e deleitadas da casa, do quintal, do roçado. O resultado foi uma grande quantidade de informação sobre a família rural, formada em boa medida como subproduto de debates originários de outras áreas. Esse efeito de descoberta marcou principalmente os estudos da chamada pequena produção agrícola, e esteve como pano de fundo na polêmica que se travou na última década acerca do papel dessa forma de produção no capitalismo brasileiro. Dessa maneira, questões tradicionalmente antropológicas como padrões de casamento, herança, família e parentesco surgiram em cena revalorizadas pelos debates sobre os destinos do agrobrasileiro. É verdade, por outro lado, que a politização das relações domésticas tem atingido menos as discussões sobre a família rural. A visão que se tinha nos anos setenta acerca do papel das famílias camponesas era, como se sabe, a de um elemento funcional para o processo de acumulação capitalista. Abandonava-se a idéia de um Brasil cindido entre a dinâmica industrial e a estagnação agrícola. A ordem do dia era encaixar, dentro da dinâmica da industrialização periférica, o resíduo aparente constituído pela produção agrícola em escala doméstica. A idéia era que pequenas unidades agrícolas (eufemismo para famílias camponesas) barateariam o custo dos bens consumidos pelas famílias urbanas, o feijão por exemplo, tornando assim possíveis reajustes salariais inferiores aos índices de inflação. Em termos bem concretos, o arrocho salarial seria mais suportável pelas famílias urbanas (e portanto politicamente mais viável) na medida em que os preços do feijão vendido pelas famílias rurais fossem reajustados a níveis também inferiores aos da inflação. Dessa forma, famílias rurais estariam ganhando menos e subsidiando as famílias urbanas. Como os pequenos produtores rurais não são empresas capitalistas (como as que produzem soja, digamos), continuariam mesmo assim em operação. Por quê? Exatamente por serem famílias. Esse raciocínio foi complementado por outros, que introduzem diferentes mecanismos com a mesma consequência. Pequenos produtores podem gerar lucros para uma camada de comerciantes e usurários rurais; ou para as agroindústrias; ou para especuladores de terra. Em todas essas variantes; cujos detalhes não vêm ao caso, pequenos produtores rurais constituiriam famílias para o capital: espécie mágica de empresa que para sobreviver faz qualquer negócio, com lucro ou prejuízo.

Mas .o que é exatamente esse saco de pancadas da acumulação capitalista? Buscou-se essa imagem demasiado passiva e entender a lógica de operação dessas empresas familiares. A resposta é objeto de polêmica. Para alguns, a produção familiar tem uma lógica própria, distinta da lógica capitalista (Heredia & Garcia, 1971). A capitalização da produção rural (expressa na forma de preços capitalistas para a terra) cedo ou tarde encontraria uma barreira na mera existência dos pequenos produtores familiares. Estes resistiriam, e assim famílias rurais - em virtude de sua lógica interna - se constituiriam em unidades de confrontação contra o avanço capitalista no campo, tanto mais quanto grupos de vizinhos, parentes e compadres, extensão da família rural por assim dizer, formariam grupos solidários, equipes de trabalho e companheiros de luta (Esterci, 1982, p.11-12). A posição contrária é conhecida. Também se abandona a visão passiva e funcional da família rural, mas agora enfatiza-se a existência de diferentes lógicas familiares. Haveria, em suma, uma dinâmica capitalista própria. ao meio rural, na qual algumas famílias se enriquecem e aburguesam, enquanto outras se proletarizam (Velho, 1976; Neves, 1981; Soares, 1981).

Nosso objetivo é rever a contribuição empírica e teórica ao conhecimento da família rural no contexto desse debate e fora dele. A maioria dos estudos da última década sobre o meio rural tratam de "famílias camponesas", isto é, proprietários ou arrendatários que utilizam prioritariamente a mão-de-obra familiar e utilizam pouco capital (Santos, 1978; Heredia, 1979; Meyer, 1979; Moura, 1978; Neves, 1981; Garcia Jr., 1983; Seyferth, 1985; Woortmann, 1984; Brandão, 1982). São menos numerosos os estudos de trabalhadores rurais que moram em cidades, tendo ou não acesso a parcelas de terra (Stolcke, 1985; Sigaud, 1981; Oliveira, 1983). Quanto à distribuição espacial, os estudos acima focalizam o Nordeste (Heredia, 1979; Meyer, 1979; Neves, 1981; Garcia Jr., 1983), o sertão do Sergipe, Bahia e Goiás (Arames, 1975, Woortmann, 1984; Fukui, 1981) e o Centro-Sul (Moura, 1978; Fukui, 1979; Santos, 1978; Seyferth, 1979). Áreas de fronteira (Velho, 1976; Soares, 1981) foram menos estudadas, e com um tratamento menos explícito da família.

Esses estudos têm dois focos analíticos que correspondem a questões econômicas e a questões extra-econômicas. Trabalhos centrados no primeiro foco estão preocupados, a partir da idéia de *um modo de produção camponês*, com a natureza da família enquanto esqueleto externo desse modo. Estudam como a unidade familiar se reproduz no ciclo anual, combinando trabalho, recursos naturais e conhecimento tradicional para atender ao consumo familiar e para repor os insumos necessários ao reinício do processo: trata-se do que se tem chamado de reprodução, mas de uma reprodução de ciclo curto, anual. Outros estudos tratam de como a unidade familiar (ou um conjunto delas) se reproduz no ciclo geracional, ou seja, como famílias se perpetuam. Trata-se de um ciclo longo de reprodução. O foco na primeira perspectiva é a lógica econômica da família, que preserva famílias via trabalho e consumo; o foco da segunda perspectiva é a lógica de parentesco que perpetua famílias via nascimento, casamento, morte e herança. Voltando à contribuição geral desses estudos para o debate sobre o agro, a mudança do problema é então a seguinte. No lugar da idéia opaca de funcionalidade macroeconômica da família rural para o capital, aparece a idéia de reprodução da família para si (no curto e no longo ciclo) articulada com sua inserção na sociedade capitalista. Uma maneira de expressar tudo isso é dizer que famílias adotam estratégias micro (de curto e de longo prazo) como resposta a pressões macroeconômicas e políticas (preços, leis) (1). Vamos colocar isso mais concretamente.

O avanço da grande propriedade (para ocupar terras com pecuária, em resposta a estímulos fiscais, com cana-de-açúcar, em resposta ao Pró-Alcool, digamos), preços crescentes da terra (vinculados ao primeiro processo), relações de troca deterioradas (o adubo custa caro, mas o feijão se vende por nada) representam pressões sobre a capacidade de sobrevivência de grupos domésticos. Outro tipo de pressão é a fragmentação da terra por herança (dada a impossibilidade de comprar ou ocupar novas terras para os filhos). A resposta da família camponesa pode ser, no ciclo curto, a intensificação do trabalho (mais membros da família trabalham, e mais cedo) e a dispersão da unidade de trabalho familiar (membros da família trabalham fora como assalariados), e ainda a redução do consumo. Essas estratégias representam uma piora na qualidade de vida familiar. Outras respostas são de longo prazo: filhos migram precocemente, talvez haja controle de natalidade; pode ser que aumente o controle sobre o patrimônio, excluindo-se herdeiros legais (mulheres e filhos homens, com exceção de um) (Moura, 1978); famílias e grupos de parentes podem adquirir uma dimensão corporativa (Woortmann, 1984); emergem famílias-tronco (Seyferth, 1985).

Dessa perspectiva, os problemas da economia de pequenos produtores e de parentesco e propriedade se unificam, articulando-se ao campo externo (preços, mercado, leis sobre a terra) para produzir famílias diversas e com qualidades de vida distintas. E a compreensão dessa microprodução aponta para a convergência das perspectivas do economista, do sociólogo, do jurista e do demógrafo, bem como do antropólogo e do historiador, *doublês* de todos.

### **Família, grupo doméstico**

Antes de começar a comentar a questão da reprodução de ciclo curto no campo, ou seja, a economia familiar de pequenos produtores, acho inevitável discutir os termos utilizados. O que significa economia familiar, produção familiar, família como unidade econômica, a que me referi acima? Para mim, que sou leigo em assuntos de família, essas expressões soam mal definidas. Na prática., as pesquisas de produção agrícola familiar tomam como foco uma *unidade doméstica*: uma casa, um lote de terra, um conjunto de pessoas. Essas pessoas são descritas então como uma família. O problema de definição está em que família pode aqui significar pelo menos duas coisas diferentes.

(I) Numa primeira acepção, família são as pessoas que pertencem a uma unidade doméstica. São os que compartilham uma casa e uma cozinha; e que (como ocorre em áreas rurais) trabalham conjuntamente (grupo doméstico).

(Ia) Pode-se restringir a definição I, exigindo que o grupo doméstico para ser família, constitua-se de parentes. É necessário então definir parente. Parentes seriam, digamos, pessoas ligadas, por uma linguagem de filiação e casamento.

O Censo Demográfico de 1980, ao definir família, adota uma combinação das definições I e Ia. Menos de cinco pessoas num domicílio constituem uma família para o Censo, sejam ou não parentes (acepção I). Mais de cinco pessoas num domicílio são uma família se, além do mais, forem parentes (acepção Ia).

(II) Numa segunda acepção, porém, família é algo intrínseco: refere-se a um *determinado conjunto de parentes*, que é previamente especificado em sua estrutura interna: tipicamente a família nuclear (um casal e seus filhos, casamento mais filiação numa unidade mínima) e há outros tipos (a idéia subjacente é que a família é uma unidade de produção de novas pessoas).

(IIa) Se acrescentarmos a II a exigência de que a família (no sentido intrínseco) seja também um grupo econômico (unidade de consumo, unidade de trabalho), temos uma acepção mais restrita de II.

As acepções I e II são obviamente diferentes. Nas formas Ia e IIa elas podem operacionalmente coincidir, mas a ênfase explicativa é distinta. Na perspectiva Ia, são, digamos grosseiramente, interesses econômicos que recrutam parentes em uma

família. Na perspectiva IIa, ao contrário, a família nuclear é axiomática, implicando relações econômicas. Usando a linguagem de um antropólogo que argumentou em favor da segunda perspectiva, representando uma tradição típica, as relações de parentesco são premissas morais *a priori* do comportamento social (Fortes, 1970, p. 53). Exemplos: um menino trabalha para o adulto em cuja casa vive porque é seu filho; uma mulher trabalha para o mesmo adulto porque é sua esposa; em vez de contrato de trabalho, há certidão de nascimento e de casamento. Por outro lado, pode-se argumentar da primeira perspectiva que afilhados, agregados, empregados, tios e outros são recrutados para a família sem que alguma regra axiomática o diga necessariamente. Nesse caso, é *a posteriori* que essas pessoas são convertidas em família, talvez numa linguagem moral e ritual.

Mais adiante, ao discutir a economia familiar, vou procurar mostrar que a posição de Fortes tem marcado boa parte das pesquisas, e que além disso a idéia da família como axioma (cultural) para a economia tem sido convertida na explicação para a economia em escala doméstica. Por enquanto, porém; vou continuar a pensar o problema de definição e suas conseqüências.

Poder-se-ia pensar que, embora as definições de família I e II sejam diferentes, como elas coincidem nas formas Ia e IIa é indiferente o ponto de partida tomado. Isso é falso, pois a coincidência não é necessária. Um grupo de irmãos que reparte uma casa e trabalha em equipe (podendo incluir talvez empregados, que podem ser parentes ou não) é uma família na acepção I, mas não é uma família na acepção II. Uma mulher que mora com filhos pequenos na cidade, enquanto o marido e os filhos adultos (mais empregado) moram e trabalham na floresta constituem uma família na segunda acepção, mas não na primeira.

Se restringirmos as definições, adotando Ia e IIa, então nenhum dos casos acima descritos constitui mais um exemplo de família. Contudo, esses casos são muito comuns na economia extrativa da Amazônia que estudei, e certamente em outros contextos. Se não queremos deixar no limbo esse lado da realidade, é preciso reconhecer que cumpre optar entre as definições I e II.

Isso gera uma ambigüidade horrível na noção de unidade de produção familiar e nas idéias de reprodução, bem como na tipologia de famílias com base em informações censitárias. Na prática, aquilo que é uma ambigüidade horrível para o investigador significa simplesmente flexibilidade estratégica para os investigados. Significa que a unidade de consumo-residência (de reprodução do ciclo curto) não é idêntica à unidade de casal mais filhos (de reprodução no ciclo longo), mesmo quando ambas estão recortadas empiricamente.

Para o tipo de grupo definido em (I) acima, vou usar o termo grupo doméstico (unidade residencial e de consumo), e às vezes unidade técnica (quando essa unidade residencial e de consumo é também unidade de trabalho) (Giannotti, 1973). Reservo então o uso do termo família (de certo tipo) para grupos definidos na acepção (II), sendo possível haver, além da família nuclear, outros tipos de família definidos intrinsecamente. Então, a correlação entre grupos domésticos (unidades técnicas no meio rural) e famílias nucleares torna-se uma questão empírica, e passa a requerer uma explicação. É possível que, no exemplo amazônico que dei acima, a defasagem entre grupo doméstico e família nuclear tenha razões de ordem econômica e ecológica, resultando num padrão distinto daquele encontrado no Nordeste, por exemplo. É difícil saber se é esse o caso, porque muitos estudos de economia familiar sobre o Nordeste parecem tomar a identidade entre grupo doméstico e família nuclear como axiomática. A idéia de família como axioma cultural para camponeses é convertida à idéia de que a família explica o funcionamento da economia do grupo doméstico. A análise passa a operar num plano normativo, e comparações do tipo sugerido acima não podem ser feitas.

Outros problemas dizem respeito à comparação entre tipos de família associados a uma unidade técnica. No plano empírico, a literatura sobre camponeses tem confirmado a tese (Durham, 1973 e Fukui, 1979) de que predomina em unidades domésticas camponesas a família conjugal de tipo neolocal. Por outro lado, estudos de caso detalhados têm revelado a existência, estatisticamente despercebida, de tendências localizadas à formação de famílias extensas. Por outro lado, não têm sido estudados, no meio rural, fenômenos que pesquisas em meio urbano chamam de famílias matrifocais, quebradas, etc. Não é muito claro se isso refletiria uma diferença real (entre um desvio para mais e um desvio para menos à partir da família conjugal, no campo e na cidade respectivamente) ou diferentes estratégias de pesquisa (nos estudos que chamei de normativos, *não há* dados quantitativos sobre a composição efetiva de unidades domésticas).

A noção de família (de tipo) extensa envolve um tipo de ambigüidade semelhante à encontrada no caso de família conjugal. De um lado, subentende-se a idéia de uma unidade técnica comum que aqui é mais que uma casa: um lote de terra, reciprocidade, cooperação econômica; mais residências separadas e áreas distintas de cultivo (Woortmann, 1984; Seyferth, 1985; Moura, 1978). De outro lado designa um conjunto de duas ou mais famílias conjugais vinculadas por laços de parentesco. O uso habitual confunde os dois planos, e mais uma vez torna difícil a comparação; tende-se a aceitar axiomáticamente que uma unidade técnica (extradoméstica) coincide com um grupo de parentesco autonomamente

definido, quando pode haver apenas superposição parcial.

Famílias-tronco são um caso de famílias extensas (Seyferth, 1984), onde as famílias conjugais agrupadas compartilham uma residência e são ligadas por filiação (aqui o conceito aponta claramente para a base residencial). O outro tipo, onde famílias conjugais moram em residências distintas e são ligadas também por fraternidade, poderia então ser chamado de família ramificada.

Há, parece, duas maneiras de pensar a existência de grupos extradomésticos firmados (ou recrutados nas) famílias extensas, num contexto estatístico e normativo onde predominam grupos domésticos constituídos de famílias conjugais (note-se, porém, que uma família extensa para antropólogos seria contada como duas ou mais famílias (grupos domésticos) pelo Censo). A maneira mais corrente nos estudos mais recentes é que as unidades técnicas com famílias extensas (ramificadas ou tronco) são consequência da escassez de terra. Não são exatamente um axioma cultural, mas resultado de estratégias ligadas à questão fundiária. Assim, as famílias extensas ramificadas são incorporadas numa unidade técnica com a repartição de terra (limitada) entre filhos durante a vida do pai ou depois de sua morte; elas surgem porque a neolocalidade residencial não é acompanhada por neolocalidade de área de cultivo; porque não há para onde ir. A estratégia acima, contudo, diminui a área disponível para cada grupo doméstico. As famílias extensas tipo tronco surgiriam numa unidade técnica como mecanismo de transmissão indivisa da terra; juntamente com a residência do pai, a um único herdeiro (a residência e a área de trabalho passara a ser então patrilocais) (Seyferth, 1985) (2).

Outra maneira de pensar a situação, menos focalizada, é que unidades técnicas compostas de vários grupos domésticos aparentados são consequência não da escassez de terra, mas da escassez de braços. Esses agrupamentos capitalizariam laços já formados na forma de equipes de trabalho, parceiros de troca, e cônjuges potenciais. Desta forma, estariam compensando a crônica deficiência da família conjugal neolocal como conteúdo de uma casa, em mão-de-obra estável e adequada para momentos de pico do ciclo agrícola, como já acentuou Eunice Durham. Esse é o caso na Amazônica extrativista, se é correto generalizar minha pesquisa em seringais do rio Juruá acreano. Lá, unidades técnicas formadas de dois a quatro grupos domésticos vizinhos mobilizam-se para caçar animais de porte, para derrubar grandes árvores no roçado, para preparar estradas de borracha, para festas locais. As unidades domésticas que integram esses grupos locais são em muitos casos recrutadas nas famílias extensas (isto é, incluem grupos domésticos aparentados). Mas podem ser aparentadas ritualmente, ou sem vínculos de parentesco. A tendência é recrutar membros por linguagem de parentesco (primos, como termo de referência para amigo; compadre, cunhados).

Do ponto de vista descritivo e teórico, outra noção importante utilizada em estudos recentes de famílias rurais é a de ciclo de vida. Ela permite conciliar os desvios estatísticos encontrados com a idéia de que famílias conjugais são um modelo axiomático para a economia camponesa. Ao longo do ciclo vital, famílias (grupos domésticos formados por uma família conjugal) se expandem com o nascimento de filhos, e incham pela incorporação eventual de pais viúvos e velhos ou de irmãs solteiras ("famílias velhas", Moura, 1978); podem superpor-se no processo de transmissão de patrimônio (caso das famílias-tronco); ou se ramificar numa variante do mesmo processo (caso de famílias extensas ramificadas); finalmente, podem fragmentar-se pela morte ou abandono por um dos cônjuges (famílias quebradas). A idéia é que tudo isso são acidentes de viagem da família conjugal. Essa característica normativa e estatisticamente dominante de conjugalidade mais neolocalidade tem sido apontada também para outros neocampesinatos sul-americanos (Gudeman, 1976), em contraste com os protocampesinatos indígenas do altiplano andino por exemplo (Ossio, 1982) A distribuição estatística pode ser exemplificada pelo estudo de José Vicente dos Santos, de onde se depreende que 70 % dos grupos domésticos são formados por famílias conjugais, enquanto os 30 % restantes se distribuem entre famílias-tronco, velhas e quebradas, havendo um grupo doméstico formado por irmãos. Estudos censitários, por outro lado, indicam uma freqüência para famílias nucleares (tomando os domicílios rurais no Brasil como um todo) de 72 % (Souto Maior, 1984, Tabela- 12 )

A perspectiva do ciclo de vida, contudo, tende a obscurecer a possibilidade de que hajam estratégias diferenciadas, relacionadas tanto com a composição interna do grupo doméstico, como com a composição externa de grupos extradomésticos que formam unidades técnicas em algum sentido, contribuindo para reificar a idéia de família.

Resumindo, usaremos expressões como grupo doméstico, grupo cooperativo ou mais geralmente unidade técnica para nos referirmos a um grupo de pessoas vinculado por co-residência, consumo e trocas ou trabalho, sem pressupor a composição interna dessas unidades. Usamos o termo família de alguns tipos, então, para designar um grupo de pessoas que são vinculadas a priori por parentesco (2a), e que pode coincidir em parte ou no todo com uma unidade técnica (sendo necessário especificar se se trata de co-residência, redistribuição, ou co-trabalho).

## **Economia doméstica**

Vou tratar agora de alguns pontos relacionados com o que chamei acima de ciclo curto de reprodução camponesa. Na literatura, o foco é a escala doméstica (Heredia, 1979; Garcia Jr., 1983), identificado a uma família conjugal. Há, como já indiquei acima, dois lados nessa identificação. Um lado é a norma cultural; o outro é o vínculo explicativo. É esse segundo lado que quero comentar. A família (o grupo de parentes que compartilha uma casa) tem um papel causal na teoria da economia camponesa no sentido seguinte: ela determinaria variáveis econômicas, a saber trabalho, terra e saber técnico. Esses elementos do processo de trabalho, sendo assim determinados endogenamente, fechariam a unidade técnica camponesa em si mesma.

Esse enfoque teórico privilegia os pequenos produtores agrícolas que controlam o próprio trabalho. Mas é possível que um grupo doméstico seja uma unidade de trabalho sem se constituir numa unidade autônoma de produção, como ocorre com moradores ou colonos, recrutados enquanto equipes domésticas para trabalho em fazendas (Stolcke, 1985; Sigaud, 1981); e há situações intermediárias, onde unidades domésticas fornecem insumos ou produtos acabados sob controle mais ou menos direto do comprador. A pesquisa da economia camponesa tem privilegiado para a análise o caso em que, formalmente, o trabalho camponês é independente do capital. No plano formal (a terminologia é emprestada a Marx por alguns autores, para distinguir camponeses subordinados no conteúdo e na forma ao capital, de camponeses subordinados no conteúdo, mas independentes na forma), o processo de trabalho é aqui concentrado no chefe-de-família; num pai, que é quem toma decisões sobre o uso da terra, o emprego de trabalho familiar, a comercialização do produto e o nível geral de consumo doméstico (Moura, 1978, p. 2; Garcia Jr., 1983; Heredia, 1979; Esterci, 1982, p. 11). Em outras palavras, é uma posição na estrutura de família (o pai) que determina quem dirige a atividade econômica do grupo doméstico (composto por uma família conjugal). É verdade, por outro lado, que a prática camponesa pode afastar-se dessa norma, como José Tavares dos Santos observou: "o fato de a família camponesa ser um trabalhador coletivo.. implica que, muitas vezes, a decisão sobre o trabalho seja grupal" salientando que a mulher camponesa participa de decisões de trabalho (Santos, 1978, p. 32). Lia Fukui observou que, no bairro rural que pesquisou, era voz geral que mulheres "entendiam da lavoura tanto quanto os homens". Na minha própria experiência, declarações autoritárias do chefe-de-família podiam não corresponder à prática efetiva. Em certas casas, o período entre duas e cinco da madrugada, no domínio do quarto de dormir, era a ocasião típica para discussões domésticas democráticas sobre decisões de trabalho para o dia.

O papel principal atribuído à estrutura do grupo familiar (o grupo doméstico que é uma família) não é porém o de determinar a direção do processo de trabalho, e sim, na teoria da economia camponesa, o de determinar a força de trabalho e o nível de consumo - derivando-se daí o desempenho produtivo dessas unidades econômicas:

"...o tamanho e a composição da unidade são dados não pelas exigências diretas do processo de produção, mas, a priori, ao nível da família" (Meyer, 1979, p. 78).

Essa é a hipótese chayanoviana. Em Chayanov, essa proposição não é tratada como um axioma cultural camponês, mas como uma proposição empírica. A idéia subjacente é que a família é regulada por leis demográficas naturais (3) e que, constituindo-se em uma empresa (unidade técnica), o objetivo da família é prover a própria subsistência, utilizando seus próprios recursos. Dois pontos, pois, a considerar: primeiro, em que medida a unidade técnica camponesa é fechada em si mesma do ponto de vista do trabalho (isto é, se limita à família de algum tipo); segundo, em que medida a composição da família determina o volume de produção.

Os estudos de economia camponesa não fornecem dados detalhados sobre a composição dos grupos domésticos quanto a trabalhadores. Mas um estudo citado acima (Meyer, 1979), e que coincide com observações contidas em outros trabalhos sobre o campesinato nordestino, afirma que o "trabalho do sítio" é realizado por: a) "membros da família" (que não é estritamente definida), (b) moradores (considerados como "uma extensão da família"), (c) trabalhadores diaristas ou por empreitada, e (d) trabalhadores permanentes que não moram no sítio. Pensando-se as categorias (a) e (b) apenas, o sítio como unidade produtiva poderia ser visto como uma espécie de família. Nessa "família", contudo, o "tamanho e a composição da unidade" não são dados a priori, e sim provavelmente produzidos pelas exigências da produção. Quanto aos itens (c) e (d), eles indicam que a unidade técnica não é "familiar". Os dados censitários transcritos por Garcia Jr. mostram que o emprego de assalariados nas unidades de produção domésticas camponesas não é excepcional, mesmo nas menores unidades. Assim, nas propriedades abaixo de 10 ha., 20% dos trabalhadores permanentes não têm vínculos de parentesco com o chefe e são assalariados (dados do IBGE). Na faixa abaixo de 5 ha., 25 % dos trabalhadores são não parentes (dados da FGV) Esses dados não se referem a trabalhadores temporários, que constituem o caso provavelmente mais freqüente.

O outro aspecto do modelo chayanoviano é que, sendo dada *a priori* a composição da família, sua estrutura demográfica fornece um estoque de trabalho potencial. O problema aqui é, em primeiro lugar, que esse estoque depende do padrão de participação de membros da família no trabalho. Ora, a participação dos membros de grupos domésticos camponeses no trabalho agrícola parece confirmar, por sua uniformidade, essa idéia. Lia Fukui descreve crianças entre 3 e 4 anos ajudando no trabalho com o auxílio de ferramentas velhas (Fukui, 1979, p. 154), e é observação corrente que crianças entre sete e

dez anos participam regularmente da rotina agrícola e/ou doméstica como ajudantes, sem assumir tarefas integrais; de 10 a 14 anos (tomando os pontos extremos indicados na literatura) os jovens tornam-se trabalhadores completos, no sentido de assumirem rotinas integrais de trabalho doméstico ou agrícola. Faltam descrições mais precisas desses ciclos, que são marcados por rituais (como a enxada própria, Fukui, 1979) e que terminam com a saída dos filhos da casa paterna. Isso tudo resulta numa distribuição do trabalho de cada filho ao longo do tempo. Um filho representa um *quantum* crescente de trabalho (quando tem entre 7 e 14 anos) e um *quantum* constante e máximo de trabalho (quando tem entre 14 e 21 anos).

Esse parâmetro é necessário para se passar de uma estrutura demográfica para um *quantum* de trabalho disponível familiar. Mas esse ciclo não é uma constante "cultural" apenas, e sim uma variável que se relaciona com a qualidade de vida. No grupo estudado por Santos, jovens maiores de 14 anos estudam, além de trabalhar em tempo parcial na unidade doméstica, e de se empregarem como assalariados em tempo integral durante as férias escolares. Para camponeses que conheci, a falta de estudo para os filhos, bem como de recursos médicos, é vista como privação. Estudos de campo, bem posicionados para estudar essas variáveis, são em geral inteiramente omissos quanto a elas, vistas talvez como alheias ao universo cultural camponês.

Após esses comentários sobre a hipótese chayanoviana inicial (o tamanho do fator-trabalho na unidade doméstica depende da idade da família), vamos tratar agora das conseqüências econômicas dessa hipótese do modelo chayanoviano. A idéia é que, tomando como dado a idade da família (isto é, a fase que o grupo doméstico, como família conjugal, atravessa em seu ciclo de vida), a composição demográfica da família determina, por um lado, a oferta de trabalho e, por outro lado, o nível de consumo. Essa proposição é operacionalizada da seguinte maneira. A cada fase no ciclo de vida corresponde um índice que mede a proporção entre consumidores e produtores (estes últimos sendo os consumidores que estão no ciclo vital de trabalho). Esse índice significa, digamos assim, a quantidade de consumidores que cada trabalhador precisa sustentar, incluindo a si próprio. Admitindo um nível de consumo fixo, o índice fixa então a intensidade de trabalho exigida de cada trabalhador, e juntamente com a quantidade absoluta de trabalhadores fica determinado o *quantum* total de trabalho efetivo na unidade e, em conseqüência, o produto total (4).

A pesquisa de José Tavares dos Santos registra dados suficientes para que essa proposição seja testada. Santos dá o número de membros por domicílio (com a estrutura etária e sexual correspondente), bem como o produto (renda) por domicílio, e calcula o índice consumidores/trabalhadores por "família" (grupo doméstico). O objetivo de Santos, porém, é distinto do de Chayanov: é medir a auto-exploração a que as famílias produtoras de vinho são submetidas pelo capital, e toma o índice como uma medida da crescente participação da família no processo de trabalho. Em outras palavras, enquanto para Chayanov o índice consumidores/trabalhadores reflete a idade da família, para Santos o mesmo índice reflete incorporação da família no trabalho, não em função da idade, mas em função da exploração externa. Isso acontece porque o índice consumidores/trabalhadores varia de fato, em função de (a) distribuição etária e tamanho do grupo doméstico (idade); como de (b) padrão de trabalho ao longo do ciclo de vida individual (grau de auto-exploração). Assim, uma unidade doméstica pode ter um índice alto por duas razões: (a) pelo excesso de membros jovens em relação a membros adultos, sendo fixa a idade em que cada membro começa a trabalhar; (b) pela idade tardia em que membros se tornam aptos ao trabalho, sendo fixa a estrutura etária da família.

Santos afirma que a relação consumidores/trabalhadores tende à unidade (cada vez a família sustenta menos membros inativos), o que significaria que "todos os membros da família tendem a inserir-se no processo de trabalho" (Santos, 1978, p. 31) (5). Graças à qualidade dos dados de sua pesquisa, pode-se ver que a média do índice é de fato 1,2 (há um excedente de 20 % entre consumidores e trabalhadores), e em 40 % dos casos o índice é de 1 (não há excedente de consumidores sobre trabalhadores). Mas vejamos a distribuição:

<b>índice consu- midores/ traba- lhadores</b>	<b>A</b>	<b>B</b>	<b>C</b>	<b>D</b>
	<b>1,0 — 1,2</b>	<b>1,2 — 1,4</b>	<b>1,4 — 1,6</b>	<b>1,6 — 1,8</b>
<b>% de 'famílias' (unidades domésticas)</b>	<b>59%</b>	<b>18%</b>	<b>9%</b>	<b>13%</b>

**Fonte: Santos, 1978.**

**O que o quadro indica é de fato uma distribuição etária de famílias. Verificando os dados de Santos, vê-se que todas as "famílias" na classe A são aquelas sem crianças (membros abaixo de 14 anos). Em contrapartida, todas as famílias na classe D têm vários filhos abaixo de 9 anos, incluindo além disso membros velhos que não trabalham.**

Note-se que, ao calcular o índice da tabela acima, Santos adotou um padrão de ciclo de trabalho: crianças entre 9 e 14 anos são contadas como 1/2 trabalhador, e a partir de 14 anos são contadas como um trabalhador. Crianças até 9 anos de idade são contadas como 1/2 consumidor, e como um consumidor a partir de 9 anos. Ora, é esse padrão que contém (uniformemente para todas as unidades domésticas, por definição) o aspecto que Santos queria medir, ou seja, o grau de participação do grupo doméstico no processo de trabalho (refletindo as variações entre grupos domésticos, de fato, as idades de cada grupo) (6). Seria o caso, então, de comparar diferentes situações "camponesas" do ponto de vista do grau de participação da unidade doméstica no processo de trabalho, por um lado, e do ponto de vista da estrutura demográfica do grupo doméstico, por outro.

Insisti na análise de Santos porque seus dados são do tipo que permite comparações e reanálise, o que não é muito freqüente em nossos estudos camponeses. Por exemplo, podemos utilizar os seus dados para checar a proposição chayanoviana que correlaciona a idade da família com o volume de produção. Isso, observe-se, é a operacionalização da hipótese segundo a qual a família explica o desempenho econômico camponês. Tomemos apenas um caso: as famílias na categoria D na tabela acima. Essas são as famílias com índice máximo "consumidor/trabalhador", mas a categoria inclui tanto a unidade doméstica com maior rendimento (bruto e líquido) em toda a amostra, como a unidade doméstica com o (segundo) menor rendimento (bruto e líquido) em toda a amostra. Claramente, no contexto de pequenos produtores de vinho, a variável familiar não é

explicativa do desempenho econômico, e por si só não explica, quer o trabalho efetivamente empregado (a primeira unidade emprega assalariados, a segunda não), quer o consumo (a primeira unidade provavelmente é mais capitalizada, envolvendo assim investimento).

Embora não tenhamos dados comparáveis para os "pequenos produtores nordestinos", podemos conjecturar a respeito. Dados censitários indicam que o tamanho de unidades domésticas e de propriedades se reduz, juntamente com o nível de renda per capita. Há certamente, então uma correlação histórica entre tamanho de grupos domésticos e nível de renda. Mas em que sentido? O próprio Chayanov reconheceu que a relação entre nível de renda e estrutura familiar poderia se dar no sentido contrário ao proposto por sua teoria. Isto é, o nível de renda decrescente poderia ser a causa da redução de tamanho familiar e não seu efeito, via desnutrição infantil, mortalidade neonatal e controle da natalidade (que Chayanov chamava de "malthusianismo prático", e seria praticado pelos camponeses franceses). É claro que a família não sofre passivamente essas conseqüências demográficas, mas age sobre si própria, utilizando estratégias: maximizar filhos pode ser uma estratégia (Moura, 1978), mas outra é reduzi-los e redistribuir crianças entre famílias (Woortmann, 1984), e migração precoce, combinada a intensificação do trabalho, são alternativas adicionais. Dessa forma a família se autoproduz, em face de restrições que não pode controlar.

Essa inversão de perspectiva corresponde, se pensarmos demograficamente, a tomar a variável demográfica como subordinada à economia (Oliveira, 1983) (7). Contudo, parece-me que não se trata simplesmente de inverter a tese de Chayanov. É preciso lembrar que Chayanov propôs uma tese verificável, e que tinha sentido ao lado de duas condições: terras livremente utilizáveis por uma família em crescimento, e inexistência de barreiras "técnicas" (capital disponível à escala familiar) (8). Assim, Chayanov de fato mediu o volume do produto em termos da extensão de terra cultivada. Essas condições se aplicariam em situações de fronteira, mas obviamente não se aplicam a situações como as do Centro-Sul do país, onde capitalização e extensão de terra são fatores limitativos. Assim, a teoria do ciclo familiar como determinante da oferta de trabalho potencial (e do volume de produção, dada uma escala de preferências quanto ao consumo) explica melhor os fatos em famílias de seringais amazônicos.

Vamos tornar claro os pressupostos dessa situação, considerada a seguir. Primeiro, a terra é disponível (grupos domésticos maiores podem simplesmente expandir a escala de produção usando mais terra). O consumo distingue-se entre o consumo de básicos (estiva, mantimentos), de um lado, e bens de luxo ou investimento de outro. Básicos (a estiva) incluem por um lado itens de consumo direto como sal e sabão, e por outro lado itens de consumo indireto como munição e enxadas. Assim, a interdependência entre a unidade técnica camponesa e o mercado é reconhecida aqui explicitamente. O consumo de bens importados não é questão de dependência cultural, mas está entranhado na matriz produtiva camponesa. Esse tipo de articulação técnica torna a operação da economia camponesa afetada pelo nível de preços. Na situação amazônica, por exemplo, quando há uma conjuntura favorável de preços (relação de troca entre bens manufaturados e a borracha vendida, a nível do barracão), camponeses substituem, por exemplo, casas de farinha manuais por casa de farinha a motor (mais gasolina, óleo lubrificante, velas e platinados). A economia camponesa funciona muito à maneira de economias de países periféricos, inclusive quanto à dívida externa. O consumo, então, tem um patamar rígido (os básicos que compõem a estiva), e uma parte variável. Não estamos, portanto, pressupondo que todas as unidades domésticas consomem um volume de itens socialmente necessário. Finalmente, introduzimos como variável a taxa de exploração. Suponha que preços de manufaturados comprados pelo patrão no mercado, e de borracha vendida pelo patrão (no mercado) sejam fixos (o que, com os subsídios, ocorre). Então, dizemos que há uma maior taxa de exploração sobre os camponeses se o patrão aumenta (para os camponeses) a relação entre preços de manufaturados e preço da borracha (isto é, se cobra mais e paga menos o trabalho). Essa taxa aumenta também com a renda da terra cobrada a camponeses, e com os juros cobrados por empréstimos e dívidas (essa definição não trata de níveis absolutos de exploração, e sim de níveis relativos).

Não é o caso de apresentar dados concretos aqui, mas gostaria de indicar em termos gerais o que acontece num seringal ao nível da economia doméstica dadas as condições acima. Famílias conjugais (grupos domésticos formados de um casal e filhos) com muitas crianças novas terão um alto índice consumo/trabalho. A hipótese de um patamar mínimo de básicos deve, porém, aplicar-se a esses grupos domésticos, e podemos supor que a renda per capita cobre esse mínimo nesses casos. Isto quer dizer que nesses grupos os trabalhadores (uma família nuclear) estão realizando um mínimo de trabalho por membro necessário para obter a renda per capita mínima (doméstica). (Esse quantum significa um número de dias por ano em certas atividades). Passemos agora a grupos domésticos onde há muitos adultos e poucas crianças - famílias extensas maduras, grupos de irmãos, possivelmente com empregados. Se os trabalhadores operam com a mesma intensidade requerida da família conjugal no primeiro caso, o grupo doméstico do segundo caso terá uma renda total maior (há mais trabalhadores) e também uma renda *per capita* maior (há menos consumidores por trabalhador). Esses últimos grupos domésticos terão então uma renda per capita acima do mínimo de básicos: ganham um excedente que é variável.

Esse excedente pode ser convertido, por assim dizer, em coisas como (a) maior consumo da faixa de "vícios" ou de "luxos" (açúcar, sapatos de borracha sintética em lugar de sapatos produzidos domesticamente, rádio, etc.); (b) investimento (um

motor a gasolina para a casa de farinha, um barco comprado a um artesão local, mercadorias para revender); (c) acumulação (uma vaca, um segundo motor, um fogão a gás); (d) "lazer", ou redução da intensidade de trabalho por membro trabalhador (talvez apenas do pai), onde "lazer" vai entre aspas porque pode significar maior atividade de caça (que não é "trabalho"). É claro que não se pode ter tudo ao mesmo tempo, e *há grupos domésticos em todas as situações acima*. Não há uma lógica econômica familiar, mas diferentes estratégias associadas em parte à variável idade familiar (em parte, já que há estratégias de recrutamento de membros e parentes)

Lembremos mais uma vez que o raciocínio supõe uma taxa de exploração constante (na realidade, essa taxa é objeto de uma luta e negociação constantes), e terra ilimitada, além de técnica acessível. Na situação nordestina, onde a terra é limitada, por exemplo, o aumento do tamanho da família conjugal não seria acompanhado por um incremento proporcional do volume de produto, com a chegada à idade produtiva desses membros. A família estaria inchando, com rendimento decrescente per capita, e com intensidade crescente de esforço per capita. É essa precisamente a situação entre os pequenos produtores nordestinos, conforme por exemplo Garcia Jr. Aliás, Chayanov já fizera uma comparação semelhante, contrapondo a Rússia à Suíça. Neste último país, diz ele, "a unidade camponesa, limitada por sua área de terra, aumenta forçosamente a intensidade do seu trabalho mais de três vezes em comparação com a intensidade ótima para a unidade de produção capitalista..."(Chayanov, p. 128). Aqui, a estratégia ótima do grupo doméstico não seria o recrutamento de parentes, mas, ao contrário, a expulsão de parentes, temporária ou permanentemente, para fora da unidade técnica. Já entre os agricultores em escala doméstica de áreas do Centro-Sul, dependentes de um comprador/fornecedor de insumo, como aqueles estudados por Santos, mesmo com o tamanho da terra mantido constante (pela expulsão de "parentes" da terra), o aumento da taxa de exploração bastará para empurrar para baixo o nível de vida familiar (tese de Santos, 1978).

Estamos falando, então, de um processo de microprodução da família que ocupa uma unidade doméstica, processo esse afetado por graus de liberdade várias: disponibilidade de terra, taxa de exploração. Unidades domésticas respondem com variações na intensidade, no ciclo e na divisão de trabalho, e recrutando/expulsando membros na qualidade de parentes ou empregados, bem como com variações no consumo.

### Modelos cognitivos

Uma contribuição importante dos estudos de família como unidade econômica foi enfatizar a idéia de racionalidade de camponeses. É razoável supor que camponeses não são meros empresários preocupados em maximizar lucros. Como são também um grupo doméstico, supõe-se que sua preocupação seja antes a de maximizar o bem-estar. São mais como um país socialista ideal, onde teoricamente princípios de redistribuição guiados por alguma norma ética deveriam predominar sobre princípios de mercado. A formulação da racionalidade camponesa em Chayanov é a seguinte: o grupo doméstico utiliza os recursos disponíveis (trabalho, variável, e terra mais insueto) de maneira a equilibrar consumo e esforço da maneira ótima. (Continuando a analogia, esse país socialista não acumularia hidrelétricas). Antropólogos, por outro lado, tendem a chamar a atenção para o fato de que, na prática, chefes-de-família seguem em suas ações padrões culturalmente dados para a combinação de trabalho, terra e técnicas. Nessa acepção, a racionalidade camponesa não é individual, mas cristaliza-se em fórmulas coletivas ou padrões culturais. Dessa forma, mudanças a curto prazo (por exemplo, no preço de fatores ou de produtos) não seriam respondidas automaticamente com mudanças no plano doméstico. Isso, não somente porque a economia familiar precisa usar de qualquer modo todo seu trabalho e sua terra (digamos), mas também porque adota uma repartição de atividades guiada pela tradição. Como variações a curto prazo no mercado podem estar fora do alcance manipulativo de um camponês isolado, é provável que seja mais racional manter a tradição. (Exemplos de fome resultante de estímulos do mercado encontram-se na literatura).

Várias descrições têm chamado a atenção para as categorias camponesas: as regras, classificação e mapas que estruturam ações em práticas idealizadas. Esse é um programa de pesquisa ativo (Mota, 1983; Woortmann, 1983; Brandão, 1981).

A existência de tais mapas dá visibilidade cultural às práticas camponesas. Assim, o padrão casa/roçado (e, no âmbito da casa, casa/quintal; e, no âmbito da casa na segunda oposição, sala/ cozinha, etc., etc. ), a escolha de cultivos, o consumo alimentar, e a divisão de tarefas por sexo e idade aparecem na forma de oposições no mundo de objetos, lugares e espécies naturais. Podemos então ler em tais mapas o sentido de ações camponesas. A preservação desses mapas que atribuem significado a pessoas, a coisas e ao mundo em geral deve então ser parte da qualidade de vida (9). No caso das populações da floresta, esses mapas estendem-se mais ainda numa valorização cultural (e econômica) do universo natural, próxima a uma cosmologia.

É conveniente então distinguir estratégias familiares de modelos cognitivos em escala doméstica. Os dois planos podem entrar em conflito, e o caso tipicamente citado na literatura sobre camponeses é o da participação de mulheres no campo agrícola. Contradizendo supostos modelos camponeses de divisão do trabalho (mulher = casa = consumo/homem = roçado = produção, etc.), supõe-se que essa participação seria vivida como negativa pelos camponeses. Por outro lado, a mudança

pode estar afetando diferentemente homens e mulheres dentro da família. Usando um exemplo amazônico (os Mundurucu), a estrutura social desse grupo foi profundamente alterada pela introdução da produção de borracha em troca de artigos manufaturados. A casa comunal masculina desapareceu, e a divisão sexual do trabalho tradicional (homens = caça, guerra e ritual/mulheres = roçados, farinha e serviços domésticos) transformou-se, no sentido de maior cooperação de homens e mulheres em tarefas agrícolas e fabrico de farinha; a família conjugal (ou extensa) tornou-se a unidade de produção e consumo. Quando perguntadas, as *mulheres* Mundurucu dizem preferir o novo estado de coisas: não apenas porque agora os maridos as ajudam no trabalho cotidiano, mas também porque os maridos convertem o trabalho deles (na borracha) em bens de consumo doméstico, em roupas, panelas. As mulheres, diz Yolanda Murphy (esposa do antropólogo no caso, e que compartilhava o trabalho feminino, como em outros estudos onde casais são a unidade de pesquisa), nada tinham a dizer sobre os "bons tempos", mas os homens, sim, tinham, e lamentavam a perda do cerimonial, dos mitos e tradições. Os "conservadores culturais" eram os homens. É verdade que, para a autora, se a mulher Mundurucu (do subgrupo que aderiu à borracha) melhorou sua posição face ao homem, é porque a posição do próprio homem declinou (Murphy & Murphy, 1974). Sobre a questão, refere-se também Paul Rivière (1984), para quem "a extensão e a complexidade do preparo da mandioca" (tarefa feminina), sendo em parte "tecnicamente indispensável" (para eliminar o veneno), é também um instrumento de controle masculino sobre mulheres. Além do fato de que mulheres são confinadas a um trabalho rotineiro e repetitivo (e necessariamente doméstico), são os homens que põem em circulação o produto e o utilizam para fins rituais e políticos dos quais mulheres são excluídas. Numa direção oposta, a complexa análise feita por Christine Hugh-Jones (uma antropóloga que pesquisou junto ao marido, especializando-se na rotina doméstica) tende a demonstrar que as atividades domésticas de preparo de alimento replicam a cosmologia que os homens encenam explicitamente no ritual e na mitologia: ambos os domínios, dessa maneira, expressariam um mesmo conteúdo cultural.

Tocamos assim na questão do papel ideológico dos modelos cognitivos (K. VVoortmann, 1984). Ao classificar o mundo do trabalho, camponeses naturalizam as relações familiares (Garcia Jr., 1983 e Heredia, 1979). Esse mapa naturalizado e espacializado é, além de instrumento cognitivo, um elemento de poder familiar. É um mapa que faz coisas: como um mapa de terra, o mapa cognitivo cria direitos. Na ideologia camponesa, o trabalho legitima o acesso à terra e ao produto dela derivado. Como indica, por exemplo, Margarida Moura, o fato de ser o homem quem trabalha a terra lhe dá direitos sobre ela, em oposição à mulher que "não trabalha". Esse direito justifica o controle da terra herdada por lei pela irmã ou esposa, como mostra brilhantemente Moura. Mas mulheres *trabalham* na terra (10). A contradição é resolvida no plano do modelo cognitivo. Atividades femininas (isto é, trabalho doméstico, de tipo serviços ou outros diretamente produtivos, mais trabalho agrícola) não são definidas como trabalho. Isso não significa que sejam ignoradas: e sim que são contabilizadas automaticamente como atividade masculina. Em termos concretos, uma entrevista com camponeses (estou me referindo à situação amazônica) sobre sua produção corrente permite verificar o seguinte. A quantidade de trabalho (em dias) é quantificada com razoável precisão na maioria dos casos (com dias por tarefa), mas é contabilizada como dias de um homem. Essas tarefas, contudo, foram freqüentemente realizadas por filhos, ou com a ajuda da mulher, efetuando o camponês a conversão adequada. No caso da troca de dias, essa contabilidade é importante (é preciso saber quantos dias do vizinho devem pagar dois dias de meus três filhos, digamos).

As descrições desse tipo de situação relacionam o fato com a unidade do trabalho familiar. Mas ele pode ser visto como expressão de direitos que homens têm sobre mulheres e filhos, incluindo serviços, produto e terra valorizada. Aparece então uma estrutura de direitos sobre pessoas, cognitivamente formulada como um mapa classificatório (11).

Nesse sentido, aliás, a família camponesa brasileira é relativamente democrática, comparada com outras situações imagináveis. Os trabalhos de Heredia e de Garcia Jr., em particular, evidenciaram a existência de um feixe de direitos diferenciados, distribuídos pelos membros do grupo doméstico (cf. também Meyer, 1979; Bastos, 1977). Há um roçado do pai (com trabalho de todos os membros, durante parte da semana). Há roçados individuais de mulheres, rapazes, moças e crianças (com seu trabalho durante parte da semana, e ajuda de outros membros). Essas esferas de trabalho conferem direitos diferenciados sobre o produto. Assim, bens de luxo (roupas, sabonete, perfume) e bens de valor (máquina de costura, gado) podem pertencer a esferas individualizadas (de produção-consumo), enquanto bens de estiva (farinha) pertencem à esfera coletiva (masculina-paterna). Essas esferas demarcam individualmente animais domésticos, árvores frutíferas, etc. Uma mulher pode assim acumular gado individualmente. Com seu falecimento, o marido volta a casar e tem novos filhos com a segunda esposa. A descendência das vacas possuídas pela primeira esposa, contudo, passará de direito aos filhos do primeiro casamento apenas. A transmissão da propriedade feminina é assim matrilinear. Um subproduto disso são fortes tensões domésticas entre madastra e enteados (dados de minha pesquisa).

É preservado o controle masculino em última instância, já que a comercialização cabe ao pai. Uma situação como a africana, em que mulheres se especializam no comércio, e podem acumular fortunas separadas, é assim impossível. Se o orçamento é desequilibrado (o critério é paterno), reservas individuais podem ser utilizadas nessa ordem de prioridade: da esposa, de filhos/filhas menores, de moças e, por último, de rapazes (Heredia; Garcia Jr.). Não me parece suficiente invocar

um princípio de solidariedade doméstica para explicar esse fato. Ao inverso, parece ser necessário invocar um princípio de hierarquia doméstica para resolver conflitos. Garcia Jr. transcreve, como ilustração da aplicação do princípio de solidariedade doméstica, o diálogo com uma filha que justamente ameaça suspender sua atividade no roçado em represália ao pai que a remunerou inadequadamente. Note-se que não se mencionam situações em que homens cooperam no trabalho doméstico em decorrência do princípio de solidariedade. Não se trata de afirmar a inexistência de ações solidárias no interior do grupo doméstico, mas de demarcar essas ações de outras que indicam mais propriamente a hierarquia e conflitos. Mulheres camponesas, e não apenas mulheres urbanas, conhecem a dupla jornada de trabalho.

Um outro aspecto, sobre o qual não podemos nos alongar, é o do consumo. Bebida é vício masculino, assim como certos luxos e a carne são alimentos preferencialmente masculinos, "porque" por um lado é o homem o monopolizador dos espaços públicos (que são também de consumo ritual e lúdico), e por outro lado é "quem trabalha" (Heredia, 1979; Woortmann, 1984).

Seria, é claro, ilusório buscar no plano doméstico as razões da desigualdade social. Desigualdades intradomésticas entre camponeses são provavelmente menores que desigualdades intradomésticas entre grupos urbanos de classe média, e são insignificantes comparadas com desigualdades entre famílias de diferentes classes sociais, e particularmente entre famílias rurais pobres e urbanas ricas. Em todo caso, não foram realizados estudos que permitam estudos do *sex bias* da pobreza rural do tipo realizado por exemplo no caso hindu, onde se mostram os efeitos diferenciais por sexo e idade da carência alimentar (Sen, 1984)

Um estudo de Daniel Gross, citado por Klaas Woortmann, afirma que grupos domésticos nordestinos, afetados pela proletarianização resultante da introdução do sisal em áreas sertanejas, privavam as crianças (principalmente as mais jovens), deixando intata a ração calórica dos adultos, e a do pai em particular (Gross, 1971). Por outro lado; a repórter de televisão Flávia Adalgisa realizou um documentário em 1984 sobre efeitos da seca em que mostrava um padrão de distribuição de comida escassa que privilegiava mulheres grávidas e crianças em ordem crescente de idade, numa situação de elevadíssima mortalidade infantil (12). Dados desse tipo permitiriam comparar estratégias despóticas e estratégias cooperativas adotadas por grupos domésticos rurais face à exploração e à miséria.

Quero concluir essa seção reenfatizando um ponto anterior. Vários estudos sobre a economia camponesa concordam sobre certas generalizações: a existência de um modelo prático e cognitivo que formula como ideal uma unidade autárquica, formada por uma família nuclear neolocal, independente, hierarquicamente organizada sob a autoridade paterna, comendo comida apropriada e realizando tarefas adequadas a uma visão da natureza e das pessoas cristalizada num sistema classificatório. É conveniente, paralelamente ao estudo dessa tradição cultural camponesa, investigar a qualidade de vida doméstica em suas várias dimensões práticas, e em relação a processos econômicos e políticos externos ante os quais as unidades domésticas não são passivas, constituindo-se ao contrário em sujeitos de uma microprodução de si mesmas.

### **Grupos locais, parentesco, casamento**

Um outro conjunto de questões ativamente pesquisadas e relacionadas com a descrição da família rural diz respeito a grupos extradomésticos. Trata-se, se continuamos preocupados em não reificar tipos de família, de entender como se constroem para além dos muros da casa e da cerca do quintal conjuntos de pessoas que se pensam na linguagem do *parentesco*.

Uma maneira de descrever tais grupos é indicar os contextos em que unidades domésticas distintas se mobilizam em torno de fins ou interesses comuns expressando os vínculos que as unem na linguagem do parentesco. Um contexto típico é a cooperação num âmbito local. Assim, vizinhos mobilizam-se rotineiramente em áreas rurais para troca de certos tipos de alimento, para troca de dias de trabalho, para construção de casas, para caçar grandes animais, para uma pescaria conjunta, para a grande derrubada, para festas. Esses vizinhos são mobilizados entre pessoas próximas, mas não basta morar perto para compor um grupo cooperativo. Nos seringais acreanos isso é formulado pelo uso do verbo vizinhar como verbo transitivo indireto. Eu vizinho alguma coisa determinada com alguém, e o grupo assim construído tem um conteúdo material. Por exemplo, eu vizinho um quarto por um quarto (de qualquer caça) com a casa A, e o vizinho uma banda por uma banda com a casa B. Pode-se ocupar uma mesma clareira na mata sem vizinhar, o que significa a existência de hostilidade potencial ou explícita. Numa situação destas, então, um quarto de cotia seria visto como suspeito, sendo provavelmente enfeitado. Num contexto assim, o grupo local de cooperação e reciprocidade tende a ser recrutado como um grupo aparentado. Ser parente, contudo, não é condição suficiente para ser parte do grupo de vizinhos (Fukui, 1972); e ser parente não é condição necessária para integrar o grupo de vizinhos, já que se pode ser parente *a posteriori*, via compadrio e casamento. O grupo cooperativo e de reciprocidade imbrica assim um plano local e um plano de parentesco, cuja intersecção é ideologicamente assimilada a uma grande família. A construção simbólica desse grupo é enfatizada pelo fato de que mesmo pais, irmãos e cunhados são convertidos em compadres, afilhados e padrinhos, fechando-se assim uma teia de relações sob uma linguagem ritual (Arantes, 1975).

Outras áreas de interesse, que não a cooperação e a reciprocidade, podem ser focos de mobilização e de construção de

agrupamentos extradomésticos. Um desses contextos é o da política local, na qual tradicionalmente facções se organizavam como parentelas, (Pereira de Queiroz, 1975), sob o comando de um coronel. Parentelas são aqui coalizões políticas de grupos domésticos (famílias) ligados por parentesco, isto é, por laços de consanguinidade (que são bilateralmente reconhecidos). "Pirâmides de parentela" eram sujeitas a fissão e fragmentação, sendo sua identidade definida em situações de briga política e/ou armada com outras parentelas. As parentelas tinham uma fonte potencial de clivagem em interesses econômicos e políticos competitivos. As parentelas são, se alguma preferência se revela, endógamas (o que contorna a duplicidade de fidelidade que ocorreria quando alguém casasse fora da parentela).

Outros estudos têm focalizado um contexto diverso e, que ao contrário da contexto político acima (que, como salientou Maria Isaura Pereira de Queiroz, é não-local e interclasses), é *territorial e intraclasse*. Tratam-se, para usar uma terminologia anterior, de grupos extradomésticos mobilizados e reproduzidos em função da integridade de um território possuído conjuntamente. Assim, algumas pesquisadoras têm mostrado que, paralelamente à tendência estatística de redução e atomização das unidades domésticas, ocorrem localmente, em situações onde a terra é escassa, grupos estáveis no tempo e no espaço definidos como *parentes*, isto é, auto-identificados por uma linguagem de parentesco (bilateral) e casamento (endogâmico). Casos onde há direitos comuns sobre a terra são "terras de heréu" em Sergipe (E. Woortmann, 1984 e 1983) e na Bahia (Arantes, 1975); o "Cafundó" (Fry, 1982) em São Paulo e "Bom Jesus" no Maranhão (Soares, 1981).

Casos onde há um grupo vinculado à terra, sem direitos comuns, são o de migrantes alemães (Seyferth, 1985 e 1974) e migrantes italianos (Santos, 1978) do Rio Grande do Sul, e de camponeses protestantes do sul de Minas (Moura, 1978). As descrições, especialmente ricas em detalhe e análise nos estudos de Ellen Woortmann, Margarida Moura e Giralda Seyferth, mostram uma série de práticas e estratégias essencialmente similares nesses dois casos do "contexto terra", de resto culturalmente distintos - camponeses negros ou mestiços, migrantes ou convertidos. É como se no primeiro caso o fator terra sobre a qual vários grupos domésticos têm direitos funcionasse como o exoesqueleto (Lévi-Strauss, 1984) que força estratégias de perpetuação expressas em regras de *parentesco* e de *casamento*; e como se, no segundo caso, regras culturalmente dadas como esqueleto interno de um grupo criasse como resultado uma terra sobre a qual o grupo tem direitos virtuais conjuntos.

O papel da terra limitada como explicação da transição de famílias conjugais neolocais para grupos multifamiliares foi formulado por Eunice Durham assim:

"...a organização conjugal da família rural deve ser vista como decorrência de ajustamento ecológico" (a terras livres mais agricultura de queimada), enquanto "a ocorrência de famílias extensas... parece estar associada à necessidade de conservação de propriedades economicamente suficientes, quando o solo é valioso ou escasso. A constituição de grupos domésticos que são também grupos de descendência... impede a fragmentação da terra entre os herdeiros" (Durham, 1973, p. 62) (13).

Dois mecanismos foram apontados, nos estudos acima, para a constituição de grupos estáveis com respeito ao uso/posse da terra entre camponeses. Um é a endogamia; outro é a restrição da transmissão da propriedade entre descendentes (primogenitura, minorato, controle sobre irmãs).

A presença da endogamia em grupos de parentes cognáticos é corrente na literatura sobre *kindreds* (Freeman 1968). A endogamia é uma espécie de solução para a constituição de um grupo de descendência cognático em uma unidade restrita, e dessa forma foi uma estratégia bem conhecida na Europa. Em um exemplo dado por Jack Goody, no final do século XVIII, "a aldeia de Pinon tornou-se célebre como exemplo de exploração 'comunal do solo', com os diferentes ramos de uma 'família' casando-se entre si" (Goody, 1983, p. 186). Essa prática de casamento chamava-se *cousinage* (casamento de primos) e foi criticada por contemporâneos como causa de decréscimo na população (cf., sobre a "endogamia territorial" no campesinato francês contemporâneo, Aragão, 1982).

*Cousinage* (endogamia) reflete-se em vários casos na literatura. Segundo Margarida Moura, um bairro rural é "composto de parentes" (Moura, 1978). O mesmo ocorre no grupo estudado por Ellen Woortmann. O tipo de situações em que casamentos são, de preferência, realizados também no grupo local, que se torna assim um grupo ao mesmo tempo cooperativo, de posse/propriedade da terra e de obtenção de esposas/esposos, gera o que geneticistas chamaram de isolados (Salzano & Freire-Maia, 1967). O grau de isolamento matrimonial foi explorado na pesquisa de Lia Fukui (1979). Endogamia não precisa ser vinculada ao controle da terra. A observação de que "todos são parentes" (Heredia, 1979, por exemplo) ocorre também em áreas camponesas onde não há direitos comuns sobre a terra, e o fenômeno foi associado às parentelas (não-territoriais) nordestinas (Carlos Alberto Dória, 1973). Em outras palavras, "endogamia" pode significar endogamia territorial (casar num limitado raio matrimonial, usando a linguagem dos geneticistas de população), e pode ser endogamia de parentela (casar num isolado matrimonial limitado, na mesma terminologia). Um exemplo da segunda situação é dado pelos seringueiros que estudei (cf. sobre *kindreds* amazônicos, K. Woortmann, 1967 e Nugent, 1981). Lá o casamento é

neolocal, freqüentemente por rapto da noiva. O resultado são *kindreds* (mais ou menos o que Maria Isaura chama de "parentelas", mas sem o componente político-patrimonial) em contínua expansão e fissão local. Torna-se então uma estratégia conveniente preservar grupos de irmãos/irmãs como unidades cooperativas, resultando em uma "preferência revelada" por casamentos entre primos que preservam a unidade de grupos fraternos no trabalho e na reciprocidade. Não se trata apenas de funções cooperativas, mas também, por assim dizer, micropolíticas. Se sou mulher, morando longe de meus pais é conveniente ter um irmão como vizinho em apoio. Em teoria, por exemplo, um marido pode considerar-se autorizado a matar ou a cortar a orelha de sua mulher que dormiu em casa em quanto ele caçava, deixando-o panema em conseqüência.

Tudo isso vai na direção indicada por Giralda Seyferth, que argumenta não ser o "casamento de primos" ligado à preservação da unidade territorial. Para o fim de preservação dessa unidade, diz Giralda Seyferth, basta que haja controle sobre a transmissão de propriedade, na forma de controle sobre os filhos em geral pelo pai, de controle das irmãs pelos irmãos, e algum princípio aceito de precedência por ordem de idade. Esses mecanismos foram detalhadamente estudados por Margarida Moura, e por Giralda Seyferth, e supõem essencialmente uma estrutura de autoridade doméstica, associada a compensações várias aos desfavorecidos (dotes, compensações em estudo, etc) (Moura, 1978; Seyferth, 1985). Um corolário da restrição na transmissão da propriedade é a proletarização dos filhos excluídos. Filhas podem ganhar um dote e casar, mas podem também ser convertidas em empregadas domésticas quando em excesso face às oportunidades de casamento. Irmãos podem ter acesso a uma parcela reduzida de terra (que abriga apenas a nova casa, Seyferth, 1985), ou ser expulsos para emprego assalariado urbano. Seyferth, particularmente, mostrou a associação entre industrialização e formação de famílias-tronco (transmissão da propriedade mais casa a um herdeiro que permanece na casa do pai em sua vida), de um lado, e proletarização (mais famílias neolocais conjugais) de outro. Essa relação - que significa a articulação de proletarização e reprodução camponesa numa única estratégia - é provavelmente geral (Santos, 1978)

Texto recebido para publicação em janeiro de 1986.

#### NOTAS:

1 - A noção de reprodução social (de produção da sociedade) foi formulada em nível macro por Marx. Antropólogos enfatizaram que os átomos da reprodução são famílias. Fortes, em artigo de 1958, define reprodução social como o processo de "manter, repor e transmitir o capital social de geração para geração", sendo o grupo doméstico seu mecanismo central, o qual tem simultaneamente *uma dinâmica interna* e um "movimento governado por suas relações com o campo externo" (Fortes, 1971, p. 87).

2 - Mais adiante, volto a comentar esses importantes estudos recentes do "longo ciclo" de reprodução camponesa.

2a - Sobre o conceito de parentesco, ver a parte final deste artigo

3 - "... o tamanho do fator principal para a exploração doméstica - a família que explora a unidade - depende principalmente de sua idade (...) e seu crescimento, sujeito a leis biológicas, e depende apenas em pequena medida da situação econômica familiar" (Chayanov, 1974, p. 122).

4 - Referências a Chayanov são freqüentes nos estudos de "economia, camponesa", mas seus conceitos não são explicitamente discutidos. A formulação acima não é, estritamente, a de Chayanov, e sim a formulação empregada implicitamente em certas pesquisas sobre o campesinato, nordestino em particular. Nessas pesquisas, o consumo é considerado fixado num nível socialmente *necessário*, o que não é parte do modelo de Chayanov.

5 - Com outra metodologia, e dados urbanos, José Pastore e outros confirmam essa tese de aumento na "sobrecarga de trabalho familiar" para a última década (Pastore et al., 1983).

6 - De fato, Santos superestima esse grau, já que considera os rapazes de mais de 14 que estudam como uma unidade integral de trabalho.

7 - Não tive acesso à tese de Coleta Oliveira, e refiro-me a um artigo seu em que a família camponesa é mencionada apenas. A sugestão de que a família se produz dadas restrições econômicas externas corresponde, talvez, à idéia de Coleta segundo a qual o salário é internalizado na própria estrutura familiar.

8 - "Em situações de liberdade para adquirir a área necessária de terra cultivável e com a possibilidade de dispor dos meios de produção necessários, as unidades camponesas de exploração se estruturam para ajustar-se ao grau ótimo de auto-exploração da força de trabalho familiar" (Chayanov, 1974, p. 99).

9 - O ponto, lugar-comum na literatura etnológica a propósito de populações indígenas, é pouco explicitado no caso de camponeses. Cf. o artigo de Klaas Woortmann, que comenta a análise de Afrânio Garcia sobre a casa camponesa (1982).

10 - Sobre isso Eunice Durham já dizia que a oposição trabalho agrícola (=masculino) *versus* trabalho doméstico (=feminino) era mais "formal que real", e Lia Fukui já dizia que enquanto ocorre "dominância masculina" ao nível da "opinião", ao nível dos fatos há "simetria".

11 - A "família" é vista aqui como uma corporação, isto é, um grupo associado a um patrimônio. Esse patrimônio pode ser terra, conhecimento, e pessoas. (Cf. Radcliffe-Brown, que primeiro chamou a atenção para esse aspecto, e distinguiu direitos *in personam* e direitos *in rem* (1968). Isso

significa simplesmente que a família não é uma entidade natural, e sim uma estrutura que inclui uma dimensão jurídica costumeira.

12 - Esse documentário, realizado para o "Fantástico", não foi ao ar. Flávia Adalgisa trabalha atualmente para o "Globo Rural".

13 - É conhecida a tese de Ester Boserup segundo a qual pressões demográficas levam à transição da agricultura extensiva para a agricultura intensiva. A tese de Eunice Durham seria que pressões demográficas levam à transição de famílias intensivas para famílias extensivas (cf. E. Woortmann, 1983). A tese corresponde à idéia de que a transição do padrão família conjugal neolocal mais herança igualitária para famílias-tronco patrilocais mais herança indivisa associa-se ao fechamento de uma fronteira agrícola. (Cf. Giralda Seyferth, 1974 e 1985). Cf. Gamst, 1974 e Wolf, 1970 sobre a Irlanda.

## Bibliografia

ABREU FILHO, Ovídio de. "Parentesco e Identidade Social", *Anuário Antropológico 80*. Fortaleza/Rio de Janeiro: UFC/TB, 1982, p. 95-118.

ALMEIDA, M. "Notas sobre a pequena produção". Unicamp, mimeo, s.d.

ARAGÃO, L. T. "Parentesco e transformação social em sociedades modernas: algumas considerações sobre o modelo francês contemporâneo". *Anuário Antropológico 80*. Fortaleza/Rio de Janeiro, UFC/TB, 1982.

ARANTES NETO, Antônio. *A sagrada família - uma análise estrutural do compadrio*. Campinas/SP, Unicamp/Brasiliense, 1975.

BARTH, F. "Descent and marriage reconsidered". In: *Process and Form in Social Life. Selected essays of Fredrik Barth: Volume I*. Routledge & Kegan Paul, London, 1981. (Publicado originalmente em Jack Goody (ed.) *The Character of Kinship*, Cambridge University Press, 1973.)

BASTOS, E. *Laranja e Lavoura Branca - Um estudo das unidades de produção camponesas da Baixada Fluminense*. Dissertação de Mestrado, Museu Nacional, 1977.

BOURDIEU, P. *Esquisso d'une Théorie de la Pratique précédé de Trois Études d'Ethnologie Kabyle*. Genebra, Librairie Droz, 1972.

\_\_\_\_\_. "La terre et les stratégies matrimoniales". In: *Le Sens Pratique*. Paris, Les Éditions de Minuit, 1980. (Publicado originalmente na revista *Annales*, julho-outubro, 1972).

BOSERUP, E. *Évolution agraire et pression démographique*. Paris, Flammarion, 1970. (Tradução francesa de *The Conditions of Agricultural Growth*, Londres, George Allen & Unwin).

BRANDÃO, Carlos R. "Parentes e parceiros, relações de produção e relações de parentesco entre camponeses de Goiás" In: Almeida, S. K. et al. *Colcha de Retalhos*, São Paulo, Brasiliense, 1982.

BRANDO, J. C. *Plantar, colher, comer*. Rio de Janeiro, Graal, 1981.

CHAYANOV, A. V. *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires, Ediciones Nueva Visión, 1974. (Primeira edição, Moscou, 1925.)

DÓRIA, C. A. "Do mando ao poder", mimeografado, 1973.

DUMONT, L. *Dravidien et Kariéra. L'Alliance de Marriage dans L'Inde du Sud, et en Australie*. Mouton, Haia e Paris, 1975. (O artigo "Hierarchie et Alliance de Marriage dans la parenté de l'Inde du Sud" foi publicado originalmente em 1957 em inglês.)

DURHAM, E. R. *A caminho da cidade - a vida rural e a migração para São Paulo*. São Paulo, Editora Perspectiva, 1973.

ESTERCI, N. & DABUL, L. *Roças Comunitárias & outras experiências de coletivização no campo*. Rio de Janeiro, Cedi, 1982.

EVANS-PRITCHARD, E. E. *The Nuer*. Oxford, The Clarendon Press, 1970.

FORTES, M. "The Developmental Cycle in Domestic Groups". In: Goody, J. (org.) *Kinship - Selected Readings*, Penguin Books, 1971. (Publicado originalmente em Goody, J. (org.) *The Developmental Cycle in Domestic Groups* Cambridge University Press, 1958, p. 1-14.)

\_\_\_\_\_. *Time and Social Structure and Other Essays*. Londres, The Athlone Press, 1970.

FOX, Robin. *Kinship and Marriage*. Penguin Books, 1967.

FREEMAN, J. D. "On the Concept of the Kindred". In: Bohannan, P. & Middleton, J. *Kinship and Social Organization*. New York, The Natural History Press, 1968.

FRY, Peter. *Para Inglês Ver*. Rio de Janeiro, Zahar, 1982, cap. V.

FUKUI, Lia F. G. *Sertão e Bairro Rural: Parentesco e Família entre Sitiantes Tradicionais*. São Paulo, Ed. ática, 1979.

GARCIA JR., Afrânio R. *Terra de Trabalho*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.

GIANOTTI, J. A. O ardil do trabalho. *Estudos CEBRAP*, n.4, São Paulo, 1973.

GOLDSCHMIDT, W. & KUNKEL, E. "The structure of the peasant family". *American Anthropologist*, 73: 1058-1076, 1971. (Citado por Gamst, F. *Peasants in Complete Society*, Holt, Rinehart and Winston, 1974).

GOODY, J., THIRSK, J. & THOMPSON, E. P. *Family and Inheritance - Rural Society in Western Europe 1200-1800*. Cambridge, Cambridge University Press, 1979.

GOODY, J. *The Development of the Family and Marriage in Europe*. Cambridge, Cambridge University Press, 1983.

GUDEMAN, Stephen. *Relationships, residence and the individual - A Rural Panamanian community*. Londres, Routledge & Kegan Paul, 1976.

HEREDIA, Beatriz Maria A. de. *A Morada da Vida. Trabalho Familiar de Pequenos Produtores do Nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

IBGE. *Censo Demográfico. Famílias e Domicílios (IX Recenseamento Geral do Brasil - 1980, Volume 1, Tomo 6)*. Rio de Janeiro, 1983.

HUGH-JONES, Christine. *From the Milk River*. Cambridge, Cambridge University Press, 1979.

LEACHE. "Aspectos do preço da noiva entre os Lakher". In: *Repensando a Antropologia*. São Paulo, Perspectiva, 1974.

LEHMAN, D, (ed.) *Ecology and exchange in the Andes*. Cambridge, Cambridge University Press, 1982.

LEVI-STRAUSS, Claude. *Paroles Données*. Paris, Plon, 1984.

KAPLAN, Joanna Overing. "Endogamy and the marriage alliance: a note on continuity in kindred-based groups", *Man*, vol. 8, n. 4, dez. 1973.

MEYER, Doris R. *A Terra do Santo e o Mundo dos Engenhos. Estudo de uma Comunidade Rural Nordestina*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

MOTA, Mariza V. "Conhecimento camponês e forças produtivas: a fazenda goiana". *Anuário Antropológico 81*, Fortaleza e Rio, EFC e TB, 1983.

MOURA, Margarida M. *Os Herdeiros da Terra. Parentesco e Herança numa Área Rural*. São Paulo, Hucitec, 1978.

MURPHY, Yolanda & MURPHY, Robert. *Women of the Forest*. Londres e New York, Columbia University Press, 1974.

NEVES, Delma P. *Lavradores e Pequenos Produtores de Cana - Estudo das Formas de Subordinação dos Pequenos Produtores Agrícolas ao Capital*, 1981.

NUGENT, Sphen. "Amazônia: ecosystem and social system". *Man*, 16 (1), março de 1981, p. 62-74.

OLIVEIRA, M. Coleta F. A. "Notas acerca da família nos estudos demográficos". *Cadernos* n. 18, maio de 1983. São Paulo, Centro de Estudos Rurais e Urbanos (CERU), 1983, p. 131-146.

OSSIO, Juan M. "Estructura social y parentesco en la antropología sobre el area andina". *Anuário Antropológico 80*, Fortaleza/Riode Janeiro, UFC/TB, 1982, p. 223-252.

PASTORE, José; ZYLBERSTAJN, H. & PAGOTTO, C. S. *Mudança Social e Pobreza no Brasil: 1970-1980 (O que ocorreu com a família brasileira?)*. São Paulo, Pioneira/Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, 1983.

- PEREIRA DE QUEIRÓZ. "O coronelismo numa interpretação sociológica". In: Fausto, Boris (org.) *História Geral da Civilização Brasileira, Volume 8 (O Brasil Republicano, 1)*. São Paulo, DIFEL, 1975.
- PIRES FERREIRA, Edgardo. *Os Pires Ferreira: A Mística do Parentesco*. (Inédito.)
- RADCLIFFE-BROWN, A. "Patrilineal and matrilineal succession". In: *Structure and Function in Primitive Society*. Londres, Cohen & West, 1968.
- RIVIÈRE, P. *Individual and Society in Guiana. A comparative Study of Ameridian Social Organization* Cambridge, Cambridge University Press, 1984.
- SÁ, L. M. *O Pão da Terra. Propriedade Comunal e Campesinato Livre na Baixada Ocidental Maranhense*. Tese de Mestrado, Rio de Janeiro, Museu Nacional, 1975.
- SALZANO, F. M. & FREIRE-MAIA, N. *Populações Brasileiras - Aspectos demográficos, genéticos e antropológicos*. São Paulo, Companhia Editora Nacional/Editora da Universidade de São Paulo, 1967.
- SANTOS, José Vicente J. T. dos. *Colonos do Vinho - Estudo sobre a Subordinação do Trabalho Camponês ao Capital*. São Paulo, Editora Hucitec, 1978.
- SEN, Amartya. "Family and Food: Sex Bias in Poverty". *Resources, Values and Development*. Londres, Basil Blackwell.
- SEYFERTH, G. *A Colonização Alemã no Vale do Itajaí-Mirim - Um Estudo de Desenvolvimento Econômico*. Porto Alegre, Editora Movimento, 1974.
- \_\_\_\_\_. "Herança e estrutura familiar camponesa". *Boletim do Museu Nacional*. Nova Série, n. 52, maio, 1985.
- SIGAUD, Lygia. "Trabalho assalariado e trabalho familiar no Nordeste". *Anuário Antropológico 79*. Rio de Janeiro, Edições Tempo Brasileiro, 1981.
- \_\_\_\_\_. *Os Clandestinos e os Direitos.. Estudo sobre Trabalhadores da Cana-de-açúcar de Pernambuco*. São Paulo, Livraria Duas Cidades, 1979.
- SOARES, Luiz E. *Campesinato: Ideologia e Política*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.
- STEWART, J. & MURPHY, R. "Tappers and Trappers: Parallel Processes in Acculturation". In, Stewart, J. *Evolution and Ecology*. University of Illinois -Press, p. 151-179. (Publicado originalmente em 1956)
- STOLCKE, Verena. *Coffee Planters, Workers and Wives*. C.U.P., no prelo.
- WOORTMANN, Ellen. "O sítio camponês". *Anuário Antropológico/81*. Fortaleza/Rio de Janeiro, UFC/TB, 1983, p. 164-203.
- \_\_\_\_\_. "Parentesco e reprodução camponesa". ANPOCS, 1984, cópia xerox.
- WOORTMANN, Klaas. "Grupo doméstico e parentesco num vale da Amazônia". *Revista do Museu Paulista*, Nova Série, XVIII, 1967.
- \_\_\_\_\_. "A comida, a família e a construção do gênero feminino". ANPOCS - Encontro Anual, 1984.
- \_\_\_\_\_. "Casa e família operária". *Anuário Antropológico/80*. Fortaleza/Rio de Janeiro, UFC/TB, Tempo Brasileiro, 1982, p. 119-150.
- WORLD, E. R. *Sociedades Camponesas*. Rio de Janeiro, Zahar, 1970.
- VELHO, Otávio. *Capitalismo Autoritário e Campesinato*. São Paulo, Difel, 1976.